



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Ronald da Silva de Almeida

AS FAVELAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO EM TEMPOS DE COVID-19

Rio de Janeiro
2022

Ronald da Silva de Almeida

AS FAVELAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO EM TEMPOS DE COVID-19

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Orientador(a): Mariana Lima Nogueira

Rio de Janeiro
2022

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo identificar os impactos da pandemia de Covid-19 para os moradores de favelas do Rio de Janeiro e a relação entre Estado, raça e classe. O autor é morador da favela da Maré e vivencia com frequência diversas formas de violência produzidas pelo estado capitalista. O modo de produção capitalista coloca muitas barreiras sociais e econômicas para os trabalhadores, por exemplo, um homem, branco, heterossexual e de classe média competir com um homem, negro, pobre e de uma favela em uma vaga em alguma universidade, muitas das vezes o homem branco irá se sair melhor nessa questão tão importante que é sobre acesso ao direito à educação. As desigualdades entre classes só vêm piorando, pois com as restrições de uma quarentena devido a pandemia de Covid-19 – decretada com transmissão comunitária no Brasil desde o mês de março de 2020 – aumentou o desemprego e a miséria. Ao todo, nas favelas do Rio de Janeiro, existem mais de 103 mil casos confirmados de Covid-19 e houve pelo menos 7.185 óbitos confirmados. Mesmo com este alto número de casos de Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro, alta letalidade pelo novo coronavírus no município, aumento do índice de desemprego e da fome, o Estado segue produzindo ações contra a vida da população trabalhadora e favelada da cidade. Esta é uma pesquisa do tipo qualitativa que se apoiou no método materialismo histórico dialético e em levantamento bibliográfico para debater os temas centrais do estudo: Favela; Rio de Janeiro; Covid-19. Conclui-se que todos os impactos que o Estado capitalista e o coronavírus trouxeram para o favelado de todas idades, de diferentes gêneros e principalmente para o negro, demonstram que saúde é determinada socialmente e economicamente. No Rio de Janeiro, os moradores e trabalhadores de favelas lutam todos os dias para não morrer nem de fome, nem de desemprego, nem de bala ou de Covid-19. A história da favela é, e seguirá sendo, de resistência da classe trabalhadora contra as diferentes formas de violência produzidas pelo Estado Capitalista e classe dominante.

Palavras-chaves: Favela; Estado; Covid-19; Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais Renata Monteiro da Silva e Raphael de Almeida, e toda minha família por me motivarem a nunca desistir dos estudos e está sempre ao meu lado quando eu precisar, sei que sou o primeiro membro da família a se formar no Ensino Médio e o primeiro a entrar numa escola federal, sou muito grato por tudo isso e aos esforços dos meus antepassados.

Sou eternamente grato a minha orientadora Mariana Lima Nogueira, que esteve presente ao longo do meu projeto inteiro. Agradeço por me proporcionar diversos aprendizados que eu nunca tive acesso a conhecer, toda compreensão e paciência em determinadas situações, todos deveriam ouvir o que você tem a ensinar, somos sementes de dragões!

SUMÁRIO

Introdução.....	6
1.1 Justificativa.....	8
1.2 Objetivos.....	9
1.3 Aspectos metodológicos	10
Capítulo 1 – Notas sobre a formação das favelas na cidade do Rio de Janeiro	13
Capítulo 2 – Impactos da pandemia de Covid-19 para os moradores de favelas do município do Rio de Janeiro: o problema é só o vírus?	23
Conclusões	34
Referências bibliográfica	36

INTRODUÇÃO

Eu sou morador do Complexo da Maré e esse lugar é considerado uma das maiores favelas do Rio de Janeiro (REDES MARÉ, 2018), é constituída por 16 bairros que em ordem cronológica são identificados como:

Morro do Timbau (1940), Baixa do Sapateiro (1947), Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Parque Rubens Vaz (1954), Parque Roquete Pinto (1955), Parque União (1961), Nova Holanda (1962), Praia de Ramos (1962), Conjunto Esperança (1982), Vila do João (1982), Vila dos Pinheiros (1983), Conjunto Pinheiros (1989), Conjunto Bento Ribeiro Dantas (1992), Nova Maré (1996) e Novo Pinheiros (2000), esta última conhecida como Salsa e Merengue (REDES MARÉ, 2018, p.14).

A população local da Maré é de aproximadamente 140 mil (REDES MARÉ, 2021) e isso é um grande número de pessoas, a favela pode ser comparada até com os dez bairros mais habitáveis do Rio de Janeiro, ou até mesmo ser considerada maior que alguns municípios (IBGE, 2010.).

Não podemos esquecer da presença feminina na Maré, pois dados retirados do Censo Maré no ano de 2018 informam que há mais mulheres que homens no território. Em outras pesquisas feitas pela Organização Não Governamental (Ong) Redes Maré, apresenta-se que assim como em toda favela grande parte dos moradores se consideram negros ou pardos, e aqui no complexo da Maré não é diferente, cerca de “62,1% dos moradores se declararam como pretos ou pardos” (REDES MARÉ, 2018, p.26). Há um grande número de crianças e jovens no território, 51,9% dos moradores da favela têm menos de 30 anos e a população com mais de 60 anos soma 7,4% (REDES MARÉ, 2018.).

No livro “Do Quilombo à Favela. A Produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro, do autor Andreilino Campos.” (CAMPOS, 2005). Percebi que o autor trata sobre muitas coisas que estavam na minha mente, que eu tinha dificuldade de compreender e que ele conseguiu explicar de melhor forma. Como, por exemplo:

Os grupos dominantes, historicamente, produziram o inusitado: a “estigmatização do espaço” apropriado pelas classes trabalhadoras. Em outras palavras, o favelado é considerado classe perigosa atualmente por representar o diferente, o Outro, no que se refere à ocupação do espaço urbano. Obviamente, a cor continua a ser um dos elementos fundamentais, mais a favela esconde dessa diferença étnica. Negros, brancos, “paraibas”, “baianos”, entre outros atores sociais, são antes de tudo, pobres, mas são classificados, em geral pelos formadores de opinião, como pertencentes às “classes perigosas. Entretanto, sem dúvida, o estigma, apesar de ser generalizado, atinge, sobretudo, o negro e, de modo mais virulento, o negro favelado (CAMPOS, 2005, p.63).

Como sabemos, nas favelas do Rio de Janeiro há muita diversidade de pessoas, cidadãos de todos os lugares do Brasil ou até mesmo do mundo e uma das presenças mais forte dentro das favelas é a existências de nordestinos dentro do seu território. Na maré não é diferente, há 35.888 nordestinos, cerca de 25,8% da população é nordestina (REDES MARE, 2018). E esses dados mostram o quão acultura nordestina no Complexo da Maré e em muitas outras favelas do Rio de Janeiro está entre a gente, somos repletos de culturas diferente em nossas favelas, muitas das vezes nem percebemos no nosso cotidiano, com isso concluímos que a favela em si é um lugar para todos e todas, devemos pautar essa questão da diversidade presente nesses territórios. Podemos ver assim que onde eu nasci fui criado até hoje, é um lugar cheio de riquezas, um lugar onde há diversidade, onde as pessoas se valorizam e têm orgulho de si, esse lugar é o complexo da Maré.

O autor Campos (2005) afirma que a favela é criminalizada por muitos motivos, diversas pessoas acabam reproduzindo “ódio” por esse espaço e com preconceito acabam enxergando o favelado como um ser perigoso. Com base no que eu vivo, realmente acredito no que é dito pelo autor, pois nós moradores vivenciamos na pele toda essa criminalização, até mesmo ao andar no centro do Rio de Janeiro, por exemplo, sentimos o comportamento diferente das pessoas quando chegamos perto delas, ou até mesmo em uma entrevista de emprego onde o favelado pode se sentir excluído. Não é só isso que o capítulo do livro traz, ele cita diversos elementos importantes também, como a “relação entre favela, Estado e classes dominantes, sempre foi problemática e quase sempre foi conflituosa, tendo em vista a ilegalidade da ocupação e os estigmas que foram criados para respaldar toda e qualquer ação contra os indivíduos que ocupavam esses espaços.” (CAMPOS, 2005, p.73). Como o próprio trecho diz a ligação entre a favela e o Estado nunca foi boa e a favela sofre demais com essa falta de atenção do Estado, muito falta de respeito com o pobre, o morador, tendo que viver em poucas condições no seu dia a dia.

Grande parte da população brasileira é classe trabalhadora e no Rio de Janeiro não é diferente e isso vem de muitos anos atrás, há um gigantesco contingente de pessoas que historicamente são excluídas por não ter uma renda alta ou por viver em lugares em que parte da população tem uma vida financeira instável. Atualmente, há cerca de 14,1 milhões de desempregados no Brasil (IBGE, 2020). O alto número de desemprego reforça o enorme aumento na desigualdade do país, no cenário pandêmico de Covid-19 as coisas ficam ainda piores.

A classe trabalhadora que mora nas favelas vivencia uma exclusão se formos ver o tratamento do governo com a população que mora na zona sul do RJ, muitas das vezes nem

percebemos essa falta de atenção conosco e ela vem de forma muito triste, nos tirando o acesso de ter uma vida financeira estável, nos deixando sem saneamento básico decente, vivemos em bairros onde somos esquecidos. Já sabemos muito bem quem é o culpado por isso, obviamente é a má intenção/gestão dos governos que possuem interesses diferentes aos da classe trabalhadora, governos que há anos não mudam esse status, o espaço urbano está e sempre ficou em crise, nunca conseguiram equilibrar a economia e o povo, o capitalismo segue na frente. E obviamente quem nos faz passar por isso são os governantes com as suas práticas capitalistas, há acumulação de riqueza nas mãos de corporações econômicas, nunca esteve tão perceptível saber que a desigualdade no Brasil não é causada por falta de recurso e de dinheiro, mas falta de distribuição da riqueza. Esta riqueza nas mãos de uma pequena parte da sociedade é sustentada e produz uma grande desigualdade.

Neste contexto de pandemia por Covid-19 as coisas ficam piores para a classe trabalhadora, porém, algumas grandes corporações do mundo inteiro obtiveram bilhões de lucros nesse período: “A *Amazon*, empresa de comércio online, por exemplo, teve um aumento de vendas de R\$ 63 mil reais por segundo! Empresas de entrega como *Ifood*, *Rappi* e *UberEats* tiveram aumento de 30% no número de pedidos” (OXFAM, 2020.). Isso mostra que a concentração de renda aumentou e os bilionários conseguiram ficar ainda mais ricos.

1.2 Justificativa

Vivo de perto o jeito como nós moradores de favela somos vistos e tratados, por uma política que nos trata com muito desrespeito. Até um certo momento da minha vida eu achei que a favela em si era a errada em todas as questões, considerava toda essa atitude de políticos em cima da favela, todas elas serviam para o bem do nosso território.

Essa estrutura vai colocando muitas barreiras sociais e econômicas, por exemplo, um homem, branco, heterossexual e de classe média competir com um homem, negro, pobre e de uma favela em uma vaga em alguma universidade, muitas das vezes o homem branco irá se sair melhor nessa questão importante que é sobre acesso ao direito à educação. Infelizmente há muita exclusão no meio da educação, principalmente no ensino superior, cerca de 55% das entidades privadas e 48,8% públicas são compostas por estudantes brancos, as taxas de negros presentes são de 11% nas públicas e 7,9% nas privadas (PEDUZZI, 2020.).

Toda essa desigualdade só vem piorando, pois com as restrições de uma quarentena devido a pandemia - decretada com transmissão comunitária no Brasil desde o mês de

março de 2020 – aumentou o desemprego e as lojas tiveram que se manter fechadas por algum tempo, com isso muitas pessoas sentiram um grande impacto em um período extenso e difícil: “Cerca de 10 milhões de empreendimentos precisaram interromper suas atividades temporariamente. Muitas pequenas empresas tiveram que demitir seus funcionários, reduzir quadro de vagas e a escala de trabalho” (OXFAM, 2020). O número de desempregados do país está alto, a taxa de 11,2% alcançou os 12,6% ao longo da pandemia. Isso mostra que a desigualdade hoje no Brasil e em todo o mundo, ela também é econômica e regional.

A Covid-19 afetou a todos, principalmente o pobre favelado, no site “Painel unificador Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro” os casos e óbitos confirmados são contados através de uma metodologia de Zona de Influência de Códigos de Endereços Postais (CEPs), apontando os CEPs que melhor representam áreas de favela, começando pelas mais populosas. Além dos dados reportados diretamente por relatores nos territórios de favela, dentre eles mobilizadores, organizações e comunicadores locais. Na inexistência de teste é utilizado outras formas confiáveis de mensurar casos altamente suspeitos, por meio de diagnóstico médico ou observação de sintomas.

O painel Unificador Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro, fez a sua primeira nota técnica e nela é explicado também como o mapa digital foi formado, usando geodata base que contém duas camadas: a primeira, com o limite de favelas individuais (1.047 existentes), obtidos com base de dados Gráficos da Prefeitura do Município Rio. A segunda camada é extraída da mesma origem e contém as favelas agrupadas em 146 complexos reconhecidos. Além de outros dados que ajudam a entender ainda mais o painel. Os casos autodeclarados são registrados por meio de uma plataforma de diagnóstico em que moradores favelados avaliam seus sintomas que logo após são divididos em três grupos segundo a sua severidade: baixo, médio e alto risco. Os de médio e alto risco aparecem no painel. Importante observar que o painel não mistura os casos autodeclarados com os confirmados clinicamente, a fim de melhorar a organização e pensando, assim uma melhor informação para quem lê o painel.

Considerando este contexto de múltiplas violências contra a população trabalhadora, particularmente moradora de favelas no Rio, apresento como questões norteadoras:

- Qual é a relação entre as favelas do Rio de Janeiro e o Estado historicamente?
- Quais são os impactos da pandemia de Covid-19 para os moradores de favelas do Rio de Janeiro?

- O objetivo geral da pesquisa é: Identificar os impactos da pandemia de Covid-19 para os moradores de favelas do Rio de Janeiro e a relação entre Estado, raça e classe.

1.3 Aspectos metodológicos

Como proposta metodológica, desenvolvemos uma pesquisa do tipo qualitativa, pois nos preocupamos com as questões sociais, exploramos as questões levantadas com mais profundidade para obter o máximo de dados para compreender as motivações, pensamentos e atitudes de grupos específicos (MINAYO, 1994). Para a obtenção dos resultados, foi realizada a leitura de artigos, livros, reportagens referentes à compreensão de estado capitalista; Favelas; Covid-19.

Um levantamento bibliográfico consiste em realizar uma pesquisa para encontrar bibliografia existente sobre um assunto, acompanhando as informações dadas pela fonte de sua preferência, utilizando palavras chaves, idiomas e tipologia de material e realizando fichamentos, síntese, organização lógica do assunto, para assim ter uma maior organização para o seu processo. De acordo com Salvador apud Lima e Miotto (2007), o método é dividido em várias etapas com o propósito de uma boa organização com os dados e assim obtendo um melhor desempenho para a pesquisa. É necessário que se realize uma leitura atenta dos materiais levantados, após a seleção do material, com foco na compreensão, análise e construção crítica a partir destes. A fase final basicamente retorna ao material que foi selecionado e encontra soluções para os problemas determinados, realizando assim uma síntese das obras.

Na prática da construção desse tipo de metodologia foi realizada uma pesquisa trabalhando artigos e matérias com um recorte temporal dos anos de 2020 até julho de 2021, iniciando com a coleta de todas as notícias e artigos que estão relacionadas com o problema, e, logo em seguida, realizou-se uma síntese dos mesmos com o propósito de responder as dúvidas levantadas no decorrer da pesquisa.

Com vistas a me aproximar do materialismo histórico-dialético fiz leitura de trechos dos livros: “O que é dialética” de autoria de Leandro Konder (2008) e o livro “Introdução ao estudo do método de Marx” do autor José Paulo Netto (2011).

A dialética é uma forma de leitura do mundo, para essa leitura acontecer o escritor Konder desenvolve explicações sobre conceitos que fundamentam essa visão do mundo: trabalho, alienação, totalidade, contradição e mediação, história e sociedade. Neste primeiro momento li sobre contradição e a mediação, entendo que a contradição faz parte da realidade concreta e é um princípio básico da dialética:

As conexões íntimas que existem entre realidades diferentes criam unidades contraditórias. Em tais unidades, a contradição é essencial: não é um mero defeito do raciocínio. Num sentido amplo, filosófico, que não se confunde com o sentido que a lógica confere ao termo, a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem. A dialética não se contrapõe à lógica, mas vai além da lógica, desbravando um espaço que a lógica não consegue ocupar (KONDER, 2008, p.47).

Uma característica marcante que li no próprio foi que as pessoas que utilizam o método dialético precisam estar sempre pensando no mundo de forma crítica e até mesmo autocrítica. Procurar olhar o mundo constantemente e questioná-lo, para assim buscar transformar as coisas a sua volta. Isso me ajudou a olhar para o problema que eu procuro entender nesta pesquisa, que é olhar para os lugares e atitudes em minha volta como, por exemplo, os impactos da Covid-19 na favela. Compreender o Estado a partir das suas contradições, contribuiu para analisar criticamente a realidade em que estou inserido.

Já no livro do autor José Paulo Netto (2011) são identificadas as principais categorias do materialismo histórico-dialético: totalidade, a contradição e a mediação. Em resumo a totalidade é uma unidade concreta de forças opostas em luta, ela em si pode sofrer variações historicamente. Pretendo responder à questão norteadora deste estudo, a partir desses elementos.

O autor Antônio Gramsci, afirma que: "Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente não só se justifica e mantém seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados" (GRAMSCI, 2012, p.331). Na perspectiva deste autor o Estado é definido como Estado ampliado, composto pela sociedade política e a sociedade civil. A sociedade política exerce uma dominação de classe através da coerção produzida por aparelhos do Estado como a burocracia militar, forças armadas, a polícia etc. Já a sociedade civil as classes buscam exercer direção político e intelectual, ou o consenso, por exemplo, através dos veículos de comunicação (mídia), igrejas, partidos, Organizações não Governamentais, entre outros.

No primeiro capítulo desta monografia, realizo um estudo sobre a história da formação das favelas no Rio de Janeiro, seguindo o método materialista histórico dialético, para compreender a realidade atual e as desiguais condições que determinam o adoecimento e a saúde dos moradores destes territórios periféricos no momento da pandemia.

No segundo capítulo, apresentarei alguns dos impactos da pandemia de Covid-19 para os moradores das favelas do Rio de Janeiro relacionando com a atuação do Estado capitalista.

CAPÍTULO 1 – NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO DAS FAVELAS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

Para entender mais sobre o processo histórico e socioespacial das favelas do Rio de Janeiro foi necessário estudar sobre o processo de formação da cidade e das favelas determinado pelo modo de produção capitalista:

Como afirmou Marx (2007), a classe que domina economicamente também domina política e ideologicamente, construindo relações sociais que conformam os seus interesses de classe e o desenvolvimento da produção capitalista. A dominação dos espaços e dos meios de produção pressupõem uma organização social e territorial que possibilite o desenvolvimento do processo produtivo em suas múltiplas dimensões. Nesse sentido, a segregação territorial urbana conforma espaços distintos de sociabilidade para os distintos segmentos de classe. As relações sociais no modo de produção capitalista desenvolvem uma forma de produzir que privilegia a produção de valores de troca, ao mesmo tempo em que constitui uma determinada sociabilidade (FARAGE, 2014, p.01).

Desloquei esse trecho do livro “A constituição dos distintos territórios da cidade: O estado na conformação das favelas cariocas.” do autor Eblin Farage, no livro o capitalismo é tratado como forma de organização das relações sociais, não apenas na premissa que é dada de certa forma como os bens são produzidos, mas também é a forma de organizar a vida social do sujeito e das classes, se apresenta desde a formação social e territorial que eventualmente contribuirá para os interesses inerentes da classe dominante.

Dando continuidade aos pensamentos de Marx, são ótimas escritoras Yamamoto e Carvalho (1995) que foram citadas no livro de Farage (2014). Elas afirmam, assim como Marx (2007), que o capitalismo não se dedica apenas em suas produções, porém, também em um modo de raciocinar que conseqüentemente irá influenciar na vida do indivíduo e das classes em todos os aspectos da vida incluindo o trabalho. Podemos ver, assim, que o Estado e suas ferramentas capitalistas são capazes de não apenas alterar o mercado, trabalho etc., de um território, mas sim os pensamentos das pessoas e das classes, conseqüentemente determinando suas condições de vida deixando a classe trabalhadora numa situação de exclusão social, resultando, por exemplo, na conformação das favelas cariocas.

As favelas do Rio de Janeiro sofrem inúmeros problemas, sabemos que mesmo havendo problemas em todo centro urbano, como falta de saneamento básico acessível ou falta de moradia, o escritor Ventura (1994) acredita que a cidade do Rj é uma “Cidade partida” e que o Estado constantemente camufla as desigualdades sociais presentes na cidade. Se seguirmos essa construção do autor, afirmamos que a desigualdade sustenta o desenvolvimento político e econômico capitalista, e essa exclusão é administrada pelo Estado.

O processo de construção das favelas no espaço carioca se deu na metade do século XIX e início do século XX (SILVA, 2010), nesse período em que a cidade passou por enormes mudanças na sua formação urbana, como o crescimento do comércio, e a vinda para a cidade de um alto número de soldados vitoriosos da guerra de Canudos, em 1897 que acabaram sem moradia (CARVALHO, 2015). Antes disso, foi publicada a lei do ventre livre, em 1871, que determinou que todos os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir da data desta legislação fossem considerados livres. Já no ano de 1888, foi decretada a abolição da escravatura, essa abolição foi um momento muito importante, pois é o grande resultado de uma imensa mobilização dos trabalhadores negros escravos para a realização do decreto da Lei Áurea que determina o fim da escravidão formal de negros no Brasil (SILVA, s/d). Por conta dessa lei e dessas lutas, todos os trabalhadores escravos que viviam no Vale do Paraíba, cerca de 200 mil, partiram para a cidade do Rio de Janeiro, conseqüentemente eles não tinham onde morar e tiveram que se submeter em viver em situação de rua. Todas essas questões fizeram com que as classes sociais começassem a disputar espaço na cidade, criando conflitos entre as mesmas o que resultou na geografia do espaço:

O principal conflito vai surgir com a presença dos pobres na área central da cidade. Segundo Abreu (1988, p. 42), sede agora de modernidades urbanísticas, o centro, contraditoriamente, mantinha também sua condição de local de residência das populações mais miseráveis da cidade. Estas, sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro, para sobreviver. (...) A solução era então o cortiço, habitação coletiva e insalubre e palco de atuação preferencial das epidemias de febre amarela. (SILVA, 2010, p.62).

O texto citado acima apresenta a existência de diversos cortiços localizados especificadamente na região central, onde vivia um alto número de famílias, cerca de 50% dos cariocas eram residente do local, dados do período de 1850 até 1870 (CAMPOS apud SILVA, 2010). Antes, a região central era considerada como uma área nobre da metrópole, pois se transformou num ponto de concentração de trabalho devido a construção da Central do Brasil, em 1858. Na segunda metade do século XIX, surgiu a maior e a mais famosa propriedade de cortiços que é a "Cabeça de Porco" da cidade. Esta era um grande abrigo aonde contia cerca de quatro mil casas. (CARVALHO, 2015).

Em 1866 há uma proibição do governo que consistiu na proibição da construção de novos cortiços, nascendo assim a "ideologia da higiene", com isso começaram a destruir os mesmos (SILVA, 2010). O cabeça de porco que já foi apresentado no trecho acima também foi destruído por volta de 1893, fazendo com que muitas famílias ficassem sem lar (CARVALHO, 2015). A classe pobre estava sendo cada vez mais expulsa do centro da cidade, esse momento

é de grande importância, pois se trata da exclusão da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. Vaz (1991) concorda que houve três momentos que foram principais para exclusão social no decorrer da urbanização do RJ: o código de obras do ano de 1937 que praticou uma certa mercantilização para a tentativa de solucionar o problema de moradia da época expondo a moradia de pessoas de classe considerável baixa na ilegalidade; a modernização e as reformas na Central; demolição e a proibição dos cortiços. (SILVA, 2010). Todo esse descaso histórico do Estado e das classes dominantes para que a classe trabalhadora saísse do centro urbano, afirma que desde de séculos atrás nós trabalhadores negros somos excluídos pelo Estado. Com a proibição dos cortiços nasce a maioria das favelas na cidade.

A classe de baixa renda não podendo ficar distante do centro do Rio de Janeiro, por conta da grande concentração de empregos nesse espaço, tentam buscar outros meios de moradias nas redondezas criando assim as primeiras favelas. Mesmo com o grande desenvolvimento urbano, havia muita falta de locomoção para o pobre, conseqüentemente se torna fundamental para o mesmo viver perto da central, mesmo tendo que morar em lugares inapropriado e sem ajuda governo. Assim como diz o autor Lessa (2005, p. 291), “prevalecerão a busca de proximidade com o mercado de subsistência e a redução de tempo de deslocamento, em detrimento da densidade e insalubridade nos ex-quilombos, cortiços e favelas.”

A primeira favela surge após a chegada dos combatentes da guerra de Canudos, estes ocuparam as encostas do morro da Favela que se deu esse devido a fartura existente de plantas no local conhecidas como Faveleiras. O território do Morro da Favela passa a ser reconhecido com outro nome anos depois como Morro da Providência, nome que prevalece nos dias atuais. Como citei alguns trechos acima, os soldados voltaram vitoriosos da guerra de Canudos ao Rio de Janeiro e não ganharam o soldo que foi prometido a eles, então entraram numa antiga chácara no morro da Providência e ocuparam esse espaço.

Outro processo importante em relação às favelas que não se pode esquecer, é a chegada dos trabalhadores escravizados na cidade que tiveram que se instalar na encosta, ainda no centro, assim há a primeira contradição é exposta, ou seja, a falta de moradia adequada a atender a população pobre que chega na capital do país. Uma curiosidade é que justamente na região onde foi demolido o cortiço do “Cabeça de Porco” que abrigava muitas famílias, foi onde ocorreu o início da primeira favela, denominada como Morro da Favela (CARVALHO, 2015). Esse território transformou-se num lugar ideal para abrigar a população que faz parte da classe trabalhadora, com renda baixa. Em volta desse espaço havia fábricas, uma pedreira e linhas de uma das maiores ferroviárias a Estrada de Ferro Central do Brasil, havia também um cemitério de protestantes, os terrenos estavam muito desvalorizados e livres. As casas estavam sendo

construídas na zona inferior do morro, tendo como inspiração o formato das casas que haviam em Canudos. Nos tempos de hoje não há nenhuma dessas casas presente, esse local do morro começou a ser bastante explorado por conta da mineração de pedras que seriam usadas para as obras da região central do RJ (CARVALHO, 2015).

A relação que foi devidamente construída entre a classe dominante e a classe trabalhadora foi com o mecanismo do consenso e coerção, em momentos de organização e resistência dos trabalhadores este processo de dominação é guiado pela força, repressão e violência, isto é, por meio da coerção. Formas diferentes de governança sobre a classe trabalhadora, por parte da classe hegemônica no Estado, o uso da violência e força, que conhecemos como coerção, às vezes requerem outros meios como a adaptação e a conformação, que é o consenso. Por um lado, o Estado, que está impulsionado pelas lutas de classes e pela organização histórica, deu respostas a alguns de seus requisitos. Como forma de controlar o território e manter seus residentes apassivizados, no âmbito do Estado são tomadas iniciativas, como a criação de políticas públicas assistencialistas, a implantação de políticas públicas como educação, saneamento básico e saúde de baixa qualidade comparadas às condições das classes dominantes, além do exercício constante do Estado de repressão aos pobres através de supostas políticas de segurança pública (FARAGE, 2014).

Cada vez mais fica perceptível o aumento de favelas ao redor do mundo, trata-se de aproximadamente 200 mil favelas existentes no planeta. A especulação imobiliária é um dos motivos que são responsáveis pela exclusão de diversos trabalhadores pobres que viviam na cidade em direção às periferias e favelas, conseqüentemente estes precisam se submeter a riscos devido a insegurança nas condições habitacionais e nos terrenos dos morros, como deslizamentos, inundações e graves doenças que são ligadas a falta de saneamento básico (FERREIRA, 2009).

A existência de barracões em morros da cidade nos anos de 1865, gerou argumentações de que já se trataria das primeiras favelas. A definição oficial de favela inclui a conotação de adensamento, ilegalidade, pobreza, insalubridade e desordem (FERREIRA, 2009). Não podemos esquecer que os processos de urbanização são, antes de tudo, formas da divisão social e territorial do trabalho, como afirma Ferreira. No último quartel do século 19, as companhias de bondes do Rio de Janeiro também tiveram um papel de grande importância na produção do território carioca. Essas companhias de transportes não apenas tiveram atitudes em seus gerenciamentos na empresa, foram além, as mesmas participaram da conformação do espaço da cidade do Rio de Janeiro, visto que a partir das alianças entre o capital imobiliário, o capital externo, o capital fundiário e o Estado, é formado o espaço urbano.

Maurício Abreu (1987, p. 44) da mesma forma, identifica tal aliança e assim exalta a titulada “associação bonde-loteamento”. À vista disso, certifica-se que a Companhia Arquitetônica, qual adquiria o mesmo proprietário da Companhia Ferro-Carril de Vila Isabel, conhecido como Barão Drumond, criou o bairro conhecido como Vila Isabel, em 1873. Com base no que foi dito, acredita-se que, tanto a produção, quanto a apropriação de determinado espaço se dá conforme os interesses do capital comercial (concessionários e setor de transportes), capital fundiário, capital imobiliário e principalmente do Estado capitalista (FERREIRA, 2009).

Todas as obras que se referiam à extensão para linhas de bonde, que contribuíam para o crescimento do deslocamento da populacional necessitava de uma quantidade de trabalhadores para a mão de obra, que, pela falta de transportes que os deslocavam até suas residenciais, eram obrigados a morarem nos próprios canteiros de obra, sendo assim durante todo percurso de construção, no entanto, quando esse percurso toma seu fim, e os não encontram empregos de novas construções para se estabilizar, os trabalhadores contavam com a construção de suas propriedades junto aos espaços com maior chance de conseguirem empregos (FERREIRA, 2009).

A partir de meados do século 20, a posse habitacional da cidade do Rio de Janeiro seguiu o caminho desde o início do mesmo, havia, em grande quantidade, o declínio da população a qual residia na área central, enquanto os considerados locais subúrbios eram habitados pelas classes mais baixas da população, e a zona sul permaneceu sendo a área mais querida pela classe mais abundante da cidade (FERREIRA, 2009).

Conforme a produção de novos espaços na cidade, estava em destaque o binômio “loteamentos populares e autoconstrução”, e em baixa intensidade, a produção de conjuntos residenciais pelo Estado. Em 1960 e 1970, a produção de conjuntos habitacionais atuou em favor da política de retirada/remoção das favelas. Durante esse tempo, uma demanda de moradores que habitavam as favelas foram, em sua maioria, entregues a espaços que na maior parte das vezes não possuíam comércio local, nem sistema de transportes coletivos que ofereciam uma adequada condição de deslocamento. A maioria das áreas que antes se encontravam as favelas, encaminhou-se para as mãos de grandes empreendimentos imobiliários, que utilizaram destes espaços para a construção de conjuntos de edifícios de apartamentos de alto luxo na zona sul e central da cidade (FERREIRA, 2009).

Voltaremos a citar o século 20, porém, especificamente durante as três décadas, foi evidenciado uma expansão da tessitura urbana da cidade. No decorrer deste período, encontrou-se caracterizado um aumento na extensão da cidade, a partir de dois vieses: As consideradas

classes média e alta tomaram espaço na zona sul e zona norte, enquanto, por outro lado, os subúrbios da cidade do rio de janeiro se encontravam localizados em espaços considerado do proletariado que com o deslocamento das indústrias também se dirigiu para esse mesmo local. Com apoio do Estado, as zonas sul e norte estiveram sempre à frente dos bairros suburbanos, desse modo, a cidade aprofundou a desigualdade socioeconômica.

Devido a estes processos, é possível identificar na cidade do Rio de Janeiro uma história onde seu crescimento foi devidamente marcado por extensas periferias nas quais habitavam a população que se encontravam na classe mais baixa, classe trabalhadora, e uma forte desigualdade presente por conta da oferta de infraestrutura e serviços que, em sua grande parte, somente era oferecido para as áreas que residia a população da classe que mais contém bens, da classe dominante. Realizando uma análise, Vetter e Massena (1982, p. 50), encontraram uma má distribuição dos recursos urbanos por parte do Estado capitalista, que ao invés de investir nas populações de menor condições financeiras, distribui recursos para aqueles que já adquiriam, em sua boa parte, condições de privilégio (FERREIRA, 2009, s.p).

A intensificação do processo de concentração de renda em curso culminou com a expansão da parte rica da cidade em direção a São Conrado e Barra da Tijuca. Para tanto, o Estado que se associou ao capital imobiliário teve importante papel, pois incorreu em um enorme investimento para a construção da Auto-Estrada Lagoa-Barra. Essa obra foi extremamente custosa, pois incluiu, para sua realização, a perfuração de vários túneis e a construção de pistas sobrepostas encravadas na rocha. Nesse período, essas novas áreas da cidade, apesar de esparsamente habitadas, tiveram no Estado importante agente para a produção do espaço. A partir da associação com o capital privado, seja na abertura de estradas e ruas, seja na pavimentação e instalação de infraestrutura, o Estado investiu grandes somas de dinheiro na preparação desse novo eixo de expansão da cidade. Em um período de aproximadamente 40 anos – 1955 a 1999 – a Barra da Tijuca apresentou um crescimento surpreendente, principalmente nos últimos 15 anos (Voltando os olhos para o período pós-1984, percebemos o que Lago (2001, p. 1534) denominou “elitização do mercado imobiliário carioca”, pois com a crise do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e praticamente o fim do financiamento para construção de habitações populares, a produção das grandes empresas passou a se concentrar mais especificamente na Barra da Tijuca. Contudo, não devemos esquecer que, na década de 1990, bairros como Botafogo, Lagoa, Jardim Botânico e Leblon começaram a vivenciar um processo de renovação do seu estoque imobiliário pelas grandes incorporadoras, seja para a construção de apartamentos de luxo, seja para edifícios de escritórios (FERREIRA, 2009, P.31).

Um ponto importante, que já foi estudado por Davis (2006), é de que o Estado apenas tem se importado com obras em prol do embelezamento das cidades e atitudes remediadoras

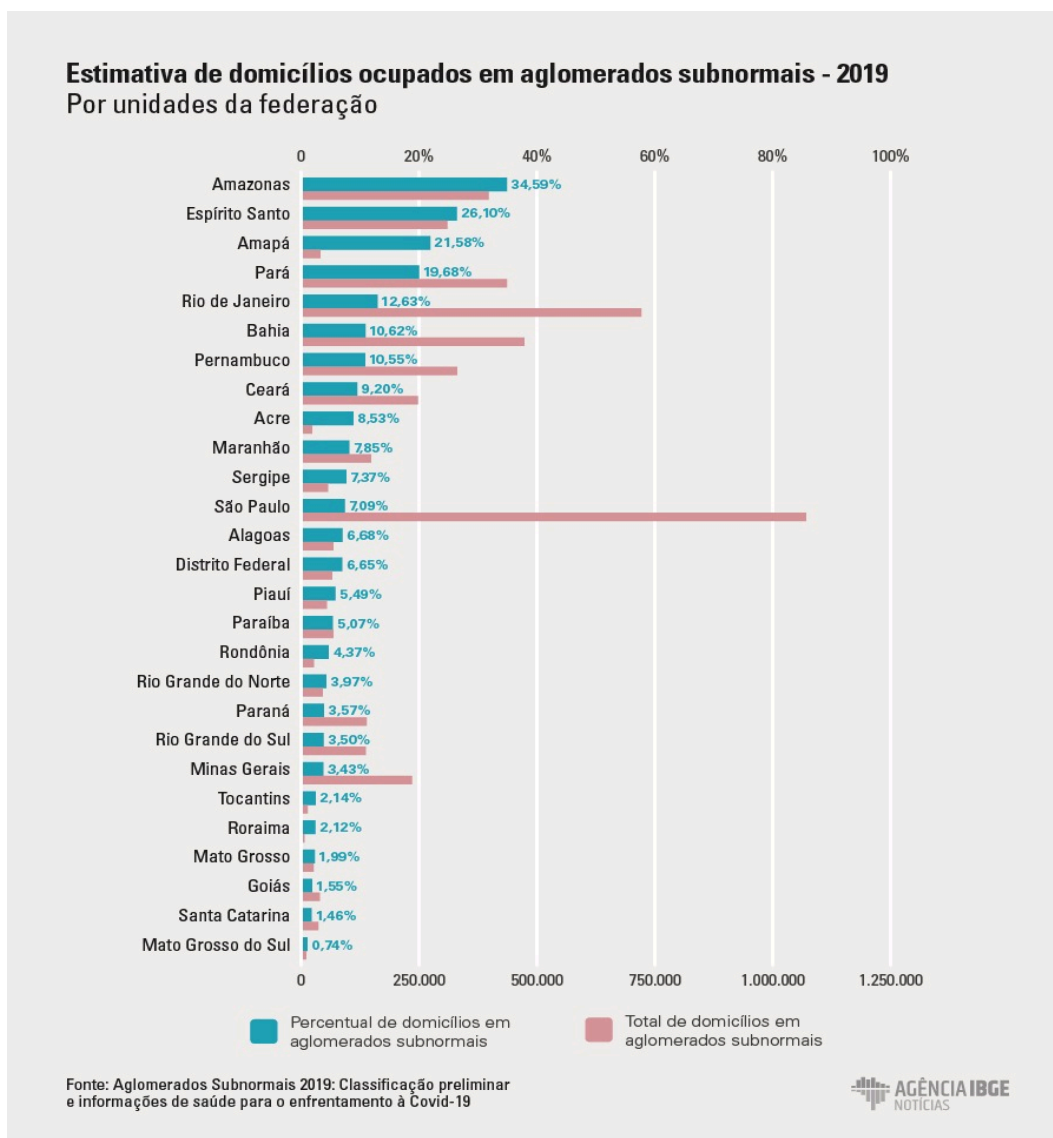
que acabam não solucionando os problemas, ao invés de corrigir problemas para a população trabalhadora moradora das favelas como políticas de inclusão, geração de empregos, melhorias habitacionais ou uma melhoria no transporte coletivo (FERREIRA, 2009).

Com base nos dados oficiais (Instituto Pereira Passos) é notório o crescimento de favelas na cidade do Rio de Janeiro, informações apontam que as favelas são habitadas por cerca de 20% da população total da metrópole. Esse crescimento se deu, em sua maior parte, a partir de 1980. Determinados fatores influenciaram e influenciam para esse crescimento, o desemprego, sistema de transportes coletivo precário, falta de política habitacional com a população de baixa renda, o crescimento do trabalho informal, são apenas alguns aspectos que induzem os trabalhadores a buscarem oportunidades mais viáveis a sua realidade na cidade (FERREIRA, 2009).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) de 2020, o Rio de Janeiro é a cidade brasileira com o maior percentual de sua população vivendo em favelas: 22,03%, o que corresponde a mais de 1,3 milhão de pessoas, já o Brasil tem 13,6 milhões de pessoas morando em favelas. O estado do Rio de Janeiro, também possui um número elevado de domicílios em favelas.

O IBGE publicou no ano de 2019 o levantamento “Aglomerados Subnormais: Mecanismo de captação e informação de saúde para o combate com a Covid-19”. Segundo o documento, seria exemplo de aglomerado subnormal a favela e similares, por serem um conjunto construído, no mínimo, de cerca de 51 unidades habitacionais, ocupando ou já esta tendo ocupado até recentemente, terreno de propriedade alheia, sendo pública ou não, dispostas de forma densa e desordenada, carentes, em grande parte, de serviços que são essências para o local (IBGE, 2019).

Gráfico 1- Estimativa de domicílios, por estado, ocupado em aglomerados subnormais em 2019 no Brasil.



Fonte: IBGE, 2020.

Como podemos ver no gráfico acima, em 2019 havia no país cerca de 5.127.747 de domicílios ocupados em 13.151 aglomerados subnormais no país. E esses aglomerados estão localizados em 734 municípios, por todos os Estados do Brasil. Entre estes 13.151 aglomerados subnormais, aproximadamente 827 (6,29%) moram a mais de cinco quilômetros da unidade mais próxima de saúde com suporte de internação e observação. Entre todos os Estados do país, como podemos ver no gráfico acima, Amazonas (34,59%) contém a maior grandeza de residências em aglomerados subnormais. Logo atrás vem Espírito Santo (26,10%), o Amapá (21,58%), Pará (19,68%) e o Rio de Janeiro (12,63%). Todos esses dados foram retirados do IBGE, 2020.

Podemos relacionar esses dados do IBGE com a situação da Covid-19 na favela, pois o fato de haver precariedade das condições de vida nos territórios onde reside a classe

trabalhadora afeta diretamente na propagação do vírus. A desigual condição de vida entre classes no Brasil confirma que “as favelas brasileiras como uma construção sócio-histórica” (SILVA, 2020, p.60).

A favela sempre foi fruto de muita desigualdade, ela se deu início por conta de uma exclusão da classe trabalhadora que morava em cortiços na Central do Brasil, os empurrando para as costas dos morros. O capitalismo sistema que é uma relação social está em constante mudança, porém, sempre na direção da “[...] necessidade de valorização do valor, acompanhada de crises cíclicas” (SILVA, 2020, p.61). Este processo é baseado na exploração da força de trabalho que precisa vender o trabalho para sobreviver, porque sem a venda de sua mão-de-obra não possuiriam meios para sobreviver.

A análise de Fernandes (1968; 1976), citada no capítulo de Letícia Batista, trata sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que desde do começo, observa-se uma frequente “[...] reafirmação e recomposição do caráter subordinado e dependente.” (SILVA, 2020, p.63). Na visão do autor esse caráter dependente da própria economia brasileira impossibilitou alterações no sentido democrático, fortalecendo as estruturas de poder sobre os trabalhadores. Essa prática de domínio determina a forma histórica de ação autoritária é conservadora e reacionária, diz a autora Silva (2020). Ainda sobre as análises de Fernandes (1976), o mesmo realizou um estudo sobre a constituição da burguesia e da formação social brasileira, com o foco nos aspectos que mostram a herança antidemocrática que prejudica as classes mais baixas. Em geral, Fernandes apresenta que a classe burguesa presente no país se estabelece por meio de dependência econômica externa que se efetua na parte interna do Estado, com práticas autoritárias de controle sobre a classe trabalhadora (SILVA, 2020).

No Brasil, a burguesia obteve controle do poder político estatal com o intuito de suprir seus interesses. A mesma, impossibilita que a base nacional adquira qualquer desenvolvimento econômico, enquanto se beneficia de privilégios, do mesmo modo em que impede sistematicamente, embora presente da constituição de 1988, a execução de uma coerência de universalização de direitos no Brasil. Apesar do transporte, emprego, moradia digna, dentre outros, sejam direitos garantidos, conforme o Censo do IBGE (2010), de dez anos atrás possuía cerca de 11,4 milhões de pessoas habitando as favelas, sendo 6% da população estando em aglomerados subnormais, como já foi citado na pesquisa (BATISTA, 2020).

CAPÍTULO 2 – IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA OS MORADORES DE FAVELAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO: O PROBLEMA É SÓ O VÍRUS?

De acordo com a IBGE (2019) a renda do 1% mais rico é 34 vezes maior que da metade mais pobre do país. Também podemos ver na pesquisa do IBGE que a parcela de maior renda no Brasil tem em média cerca de R\$ 28.000 por mês, porém os 50% mais pobres receberam em média R\$ 820. Isto significa que para entendermos a desigualdade presente na favela, é fundamental voltar para a compreensão de como a classe burguesa do país ordena e organiza suas próprias formas de domínio sobre a classe trabalhadora. Com esses dados vemos que não podemos deixar que toda essa precariedade em diversas áreas, seja ela financeira ou até em sua moradia, seja naturalizada. No Brasil a favela é uma das expressões do déficit habitacional e da desigualdade social, então não podemos analisá-la sem conceituar elementos que transformaram a nossa sociedade atual (SILVA, 2020)

Aquela ideia, presente na grande mídia e nos discursos do governo federal, de que o coronavírus por ser tratar de um vírus que se manifesta em qualquer indivíduo independente de etnia ou renda, de que todas as classes iriam se contaminar/prejudicar igualmente, foi ao longo da pandemia se mostrando como equivocada. A saúde é determinada pelas condições de vida e trabalho das pessoas, então o avanço da doença trouxe impactos graves para a classe trabalhadora que mora nas favelas (NOGUEIRA, 2020). O Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), da PUC-Rio, efetuou um estudo, divulgado em 27 de maio, por meio da Nota Técnica 11/2020, cujo tema é “Análise socioeconômica da taxa de letalidade da Covid-19 no Brasil”, onde acentua a influência dos fatores socioeconômicos do país na progressão da doença da Covid-19 e como essa atuação se comporta perante a situação de outros países, já que, por este fato, o Brasil tem como resultado um destaque referente a esta progressão.

O estudo realizado pelo NOIS dispôs da análise da variação da taxa de letalidade da doença no Brasil, tendo como base os fatores socioeconômicos. Esse estudo observou um maior número de mortes por Covid-19 constituídas por negros e pardos, enquanto pessoas brancas se encontram abaixo em relação a esse comparativo. O estudo também aponta pessoas pretas ou pardas não alfabetizadas como mais propícias à morte, sendo 3,8 vezes maiores do que a morte de um paciente branco de nível superior, isso se dá por conta do elemento de desigualdade de acesso ao tratamento da Covid-19. Outro resultado que é composto na pesquisa foi que quanto maior a escolaridade, menor é a letalidade da Covid-19. As pessoas que não possuem alta escolaridade obtiveram taxas três vezes maiores (71,3%) do que indivíduos que possuem nível superior (22,5%) (NOIS apud BATISTA, 2020)

Com base na pesquisa produzida pelo Instituto Locomotiva em colaboração com o Instituto Data Favela, identificou-se que em maio de 2020 aproximadamente 60% dos

residentes de favela não tinham meios financeiros para se manterem por mais de uma semana. Existiram dificuldades para que estas pessoas se mantivessem em quarentena pois, por fazerem parte da classe trabalhadora, muitas dependem da quantia de dinheiro recebida no dia. Há grandes chances dessas famílias se contaminarem com o vírus por estarem em empregos informais, por conta de não haver proteção assegurada como direitos a elas (IBGE, 2010 apud BATISTA, 2020).

Encontra-se presente no contexto de uma pandemia mundial as desigualdades próprias referentes ao modo de produção capitalista e esboçadas na particularidade Brasileira ficam ainda mais evidentes. Com os problemas estruturais encontrados dentro das favelas, os habitantes que ali residem estão constantemente expostos a falta de saneamento básico e condições de higiene mínimas, o que resulta em grande parte no adoecimento. Com a chegada da pandemia, a falta dos fatores citados, algo que já existia, o adoecimento se tornou ainda maior, em larga escala. A necessidade do isolamento social antes da criação das vacinas, também não foi garantida igualitariamente para todos. Na favela parte dos moradores reside em casas com somente um ou dois cômodos, ainda sem acesso à saúde integral e com insuficiente saneamento básico (BATISTA, 2020).

Adolescentes e crianças das favelas tiveram que entrar em férias escolares forçadas para assim se proteger do coronavírus, porém sem nenhum suporte para estudo residencial como Wi-Fi, 4G, celular, tablet ou computador. Estas crianças e adolescentes encontraram problemas para realizar refeições, pois parte delas depende dos alimentos distribuídos na escola e muitos jovens não têm o que comer ao longo dos dias com o fechamento das Escolas. Houve também em diversos municípios uma ausência de garantia por parte do poder público (prefeituras e governo estadual) de que alimentos da merenda escolar seriam entregues aos jovens e crianças.

Representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Cristina Albuquerque apresentou que 13% das famílias, no Brasil, em que há crianças e adolescentes menores de 18 anos, obtiveram problemas de adquirir qualquer tipo de alimentos por falta de dinheiro (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2021). Esses jovens moradores das favelas encontram-se em suas residências com os pais ou outros parentes que, por conta da situação de alto número do desemprego, são forçados a enfrentar aglomerações nas ruas para arranjar dinheiro e comprar algum alimento, pondo as suas vidas em risco (SILVA, 2020).

Dia 9 de julho de 2020 foi inaugurado o Painel Unificador Covid-19 das favelas do Rio de Janeiro, que tem o objetivo de resgatar dados sobre casos confirmados, possíveis ou falecimentos por conta do vírus, utilizando como base os relatos ditos por residentes de favelas na cidade. Os dados do painel referentes ao dia 18 de outubro de 2021 registram cerca de

102.694 casos confirmados e 7.082 óbitos só de moradores de favela do Rio de Janeiro por coronavírus (PAINEL UNIFICADOR COVID-19 NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO, 2021). Os cidadãos podem pôr os sintomas, casos confirmados e óbitos no Painel Unificador, podemos ver que se trata de uma organização comunitária, tendo uma enorme importância não só no combate à pandemia, porém, também no acolhimento dos transtornos da Covid-19 nas favelas (BATISTA, 2020).

No caso de países com capitalismo periférico como o do Brasil, os números da Covid-19, tanto em mortalidade quanto em incidência, são ampliados devido a simultaneidade entre uma crise sanitária e a crise cíclica do capital (BATISTA, 2020). Encontramos no cenário de pandemia situações em que pretos e pardos, residentes de favelas, que se deparam com subempregos e/ou trabalho informal, estão mais expostos ao adoecimento e falecimento, o que se deve aos fatores de escassez e desigualdade no qual estão inseridos (BATISTA et al., 2020; BOND, 2020 apud BATISTA).

A auto-organização das favelas em relação ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 é uma atitude de grande importância. As favelas existem devido às desigualdades de classe que constitui a formação social brasileira, o capitalismo. Como foi apresentado até o momento a pandemia deixou as coisas ainda piores, além de ter a possibilidade de morrerem pela polícia, somos a classe que tem a maior chance de morrer por esse vírus e muitas famílias têm que se esforçar para sobreviver por conta do alto desemprego no país enquanto há novos bilionários. Vimos assim que, quanto maior for sua posição nas classes da sociedade, maior possibilidade terá de se proteger de qualquer tipo de ameaça, até de um vírus que não tem olhos e nem preferências.

O livro “População Negra e Covid-19” faz uma comparação do Brasil e Estados Unidos em relação ao coronavírus, relatando que esses dois territórios citados anteriormente estão entre os países com mais contaminação do mundo e continua afirmando que as formas de governar são semelhantes no período de pandemia e vem recebendo muitas críticas em ambos os países. E o ponto que o autor quer chegar é que nessas duas regiões o vírus está prejudicando muito mais a população negra, exibindo o racismo estrutural que vem desde a escravidão.

No mercado de trabalho brasileiro costumam ser menores os salários para aqueles que são pretos e pardos, em 2019 o percentual era de que brancos recebiam salários 61% maiores que pretos, essa classe também representa o maior número de desempregados do país (CRUZ, 2020). Essa desigualdade reflete na educação da população trabalhadora afrodescendente, prejudica o acesso a moradia adequada, por conta da sua cor de pele e sua posição de classe social, e impõe muitas limitações para que se possa ter uma qualidade de vida mínima. Os

negros vivem cerca de 73 anos em média, três anos a menos que os brancos, dados muito próximos aos números dos Estados Unidos, como diz o autor.

Muitos cientistas e pesquisadores negros vem estudando a saúde pública para os negros e os resultados indicam que por conta do racismo estrutural na sociedade capitalista, não se tem uma evolução dos resultados da saúde para os mesmos. A população negra da sociedade brasileira faz parte da taxa mais alta de doenças crônicas como a pressão alta, problemas respiratórios, renais e diabetes por conta da “insegurança alimentar, acesso inadequado a medicamentos e prescrições” (CRUZ, 2020, p.09).

O racismo que a classe trabalhadora negra sofre diariamente em seu cotidiano também influencia na questão da saúde física e mental dos próprios, uma pesquisa realizada nos Estados Unidos comprova que esses descasos de violência contra o negro, levam a grandes “índices perigosamente altos de hormônios do estresse e diminuir a capacidade do corpo de combater doenças, e conseqüentemente, a infecção pelo coronavírus” (CRUZ, 2020, p.10).

O Brasil possui uma rede de assistência médica que supostamente as pessoas que precisam de atendimento não precisam pagar no momento do atendimento para ser atendido, situação apoiada no princípio da universalidade do Sistema Único de Saúde (SUS), diferentemente dos EUA. Porém, esse sistema se encontra em situação precária, onde põe a população que o utiliza em estado de vulnerabilidade. Perante a situação do Covid-19, os leitos de terapia intensiva destinados ao tratamento do vírus estiveram em falta em diversas cidades na rede pública de saúde. Pode-se dizer que isso resulta em prejuízo na saúde de pacientes negros adoecidos por Covid-19, já que, essa parte da população é a que mais se encontra dependendo do sistema público de saúde, enquanto o branco em sua maior parte contém seguro de saúde privatizada através de seus empregos. Segundo o site “Crônicos do dia a dia” aproximadamente 80% da população que depende do SUS para serviços de saúde se autodeclara negra, dados de 2019.

O fator econômico é determinado pela cor de pele? Na teoria não, porém na prática há uma grande desigualdade, prejudicando diretamente na saúde da população negra. Os 10% da classe mais rica do país concentram cerca de 55% do total da renda do Brasil, ficando apenas atrás no mundo, nessa desigualdade de renda, do país Catar, conforme publicado um relatório das Nações Unidas em 2019. Essa desigualdade salarial racial chega a ser maior do que a desigualdade salarial entre gêneros, mulheres que se consideram brancas recebem a mais cerca de 74% do que homens negros (CRUZ, 2021). Resumidamente, se o salário de uma empresa for alto ou cargo de importância, o negro terá uma menor chance de conseguir essa vaga de emprego. Muitos negros e pobres fazem parte da grande taxa de empregos informais, como camelô etc. Grande parte das empregadas domésticas é constituída por mulheres negras, “ao

todo, 92% (5,7 milhões) eram mulheres, das quais 3,9 milhões eram negras” (Agencia Brasil, 2019). Um emprego de alto risco para contrair a Covid-19, por conta da locomoção até o trabalho com as péssimas condições do transporte público e os riscos por atuarem com limpeza de residências.

A primeira vítima de morte da pandemia de Covid-19 no Rio de Janeiro, foi uma mulher negra, que veio à óbito no dia 17 de março de 2020 (GONZAGA e CUNHA, 2020). E o que será que esse indivíduo fez para se contaminar de um vírus que tinha recentemente chegado no Brasil? Absolutamente nada, a mesma trabalhava como empregada doméstica e foi infectado com o vírus SARS-CoV-2 pela sua patroa, que tinha recém voltado de viagem à Itália. A morte dessa mulher negra resume muito o que vem sendo dito nos parágrafos anteriores, pode se dar até como exemplo.

Não podemos esquecer que nas favelas há déficit habitacional, moradias precárias, como descrito em alguns parágrafos anteriores, o coronavírus chegou no Brasil nos bairros da classe alta das grandes cidades, pois não havia na época o vírus no país apenas em outros países, portanto quem havia viajado para a Europa. No entanto, a maior taxa de contaminação são as periferias, assim como a favela, lugares onde não tem assistência do Estado e as moradias são muito próximas umas das outras, onde há saneamento básico insuficiente e falta de acesso ao SUS.

Podemos concluir que o racismo, que está presente em diversas situações da sociedade como vimos anteriormente, amplia a chances de um negro ser contaminado pelo vírus, o Estado com seu poder e conteúdo de classe burguês, cria barreiras para que a classe trabalhadora obtenha um suporte à moradia e trabalho dignos, assim como para à saúde coletiva e um maior controle da contaminação e transmissibilidade.

O "painel unificador Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro" foi criado com o objetivo de coletar e divulgar dados sobre a doença nas favelas do estado do RJ. Esse painel foi criado pela necessidade dos moradores de terem acesso aos dados sobre o coronavírus em suas localidades, comona maior parte das favelas não existe número de código postal (CEP), os moradores não conseguiam ter informações exatas quantitativas sobre os territórios onde moram. Um dos objetivos do Painel é contribuir no processo de prevenção e de conscientização dos moradores das localidades através de dados e informações. A pandemia afeta todos, mas de formas diferentes, as pessoas com condições financeiras desiguais são atingidas de forma diferente pelo vírus, consequentemente as regiões mais pobres, sofrem mais. O painel tambémtem o objetivo de mostrar os moradores a realidade dura que os mesmos vivem, e a partir de dados, os mesmos lutarem por seus

direitos.

Um ótimo painel também que contém uma bela metodologia, objetivo, buscas por dados, é o site “Covid-19 nas favelas - Voz das Comunidades”, os autores deste painel estão realizando um importante trabalho nessa pandemia, tomando sempre os devidos cuidados e trazendo atualizações dos dados todos os dias. Os sites “Voz das comunidades” e o “painel unificador” estão representando e contribuindo muito as favelas e as periferias urbanas do Rio de Janeiro. Ao todo, cerca de 106.023 casos confirmados de Covid-19 e houve pelo menos 7.297 óbitos confirmados só nas favelas do Riode Janeiro (PAINEL UNIFICADOR, 2021). Números muito alto se fomos pensar que toda essa quantia está localizada apenas em favelas cariocas.

No entanto, mesmo com este alto número de casos de Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro, alta letalidade pelo novo coronavírus no município, aumento do índice de desemprego e fome, o Estado segue produzindo ações contra a vida da população trabalhadora e favelada da cidade. O Estado, através da polícia, constantemente invade as favelas no Rio de Janeiro, através de operações que matam no território. Vivemos uma epidemia nos territórios de favela que não se trata de uma doença viral, mas sim de uma intensa violência do Estado historicamente! Nessa epidemia nunca existiu “vacina” do governo para nos salvar.

No ano de 2020 o Supremo Tribunal Federal (STF) restringiu operações policiais em favelas, porém houve “ao menos 944 mortos em ações policiais” no mesmo ano (G1, 2021). Esse número inclui todas as mortes que foram realizadas pela polícia no Estado, sejam elas em operações nas favelas ou não, pois o instituto não tem um certo recorte que mostra apenas as mortes em ações realizadas nestes territórios. O STF efetivou a proibição de operações no dia 05/06/2020 e em menos de um ano, até 07/05/2021 já houve mais de 944 mortes produzidas pela polícia, todas elas em meio ~~ambos~~ (G1, 2021).

Antes de tudo devemos ir a fundo e entender o que levou o STF a realizar a suspensão das operações em favelas, diversos pedidos de movimentos, coletivos sociais e os pais das vítimas que já foram mortas pelas ações do Estado com a força da polícia. O nome que foi intitulado para essa proibição é “ADPF 635” (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), e tem o apelido de “ADPF das favelas” que foi proposto pelo partido do PSB (Partido Socialista Brasileiro), construído ao lado de outros integrantes como o Educafro, Justiça Global, Redes da Maré, Movimento Negro Unificado, Iser, Coletivo Papo Reto, Coletivo Fala Akari, Rede de Comunidades e Movimento contra a Violência, Mães de Manguinhos, Defensória Pública do Estado do Rio de Janeiro, Conectas Direitos Humanos,

IDMJR (Conectas, 2020). O objetivo para essa proposta era minimizar as ações do Estado que provocam graves violências que costumam ser realizadas pela mão da polícia do Estado do Rio de Janeiro, o objetivo também prever o reconhecimento, dar visibilidade, a estas ações policiais ocorridas nas favelas. O julgamento do mesmo foi realizado no dia 17 de abril quando o relator, o ministro Edson Fachin, declarou “votos sobre algumas das medidas cautelares solicitadas” (Conectas, 2020), poucos pedidos preliminares sendo “Preservação de elementos da cena do crime”; “Restrição ao uso de helicópteros como plataformas de tiro em operações policiais”; “Melhoria da atuação dos órgãos de perícia técnico-científica” (Conectas, 2020).

Essas pequenas ações citadas podem salvar vidas, mesmo que essa atitude venha sendo violentada pela própria instituição Polícia Militar, aonde um dos objetivos deveria ser atender a toda a população do Rio de Janeiro. No entanto, como vimos, a corporação provocou a morte de quase mil pessoas só no período de pandemia. Em todo momento a sociedade civil debate contra as operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro que resulta nas mortes de muitos jovens inocentes, como foi o caso de Marcos Vinícius da Silva, um adolescente de 14 anos de idade, morador do complexo de favelas da Maré na zona norte do Rio de Janeiro, o jovem foi morto em uma operação policial em seu bairro, essa operação contou com integrantes das policiais civis e militares e soldados do Exército (ELPAÍS, 2018). Conforme foi apresentado pela Rede de Observatórios da Segurança, concluiu que esses procedimentos dentro da favela aumentaram no Estado do Rio de Janeiro no período de pandemia, tendo números maiores que no ano de 2019, aumento de 27,9% (Conectas, 2020). A letalidade policial também teve um aumento significativo, acréscimo de 57,9% em abril de 2020 e cerca de 16,7% até o dia 19 de maio, comparação feita com o ano de 2019. Dados apontam que as polícias do Estado do Rio de Janeiro fizeram uso a mais da força letal no período de pandemia da Covid-19 do que no período de 2019 (ano não pandêmico), ano em que houve aproximadamente 1.810 óbitos causados pela ação policial, maior número do Rio de Janeiro. Um outro estudo realizado pela UFF (Universidade Federal Fluminense), de acordo com o mesmo, a interrupção das operações policiais nas favelas do Rio de Janeiro tem potencial de salvar mais de 400 pessoas da morte em apenas um ano (Conectas, 2020).

Concluimos assim que a política de segurança pública operada pelo Estado somente tem os pobres como alvo, diversas pessoas negras periféricas são mortas todo ano pela polícia, pelo meio de coerção do Estado. E mesmo que tenham criado uma lei para que não

tenha operações em territórios de favelas no período de pandemia no Rio de Janeiro, podemos visualizar que mesmo assim isto não é suficiente e não tem funcionado, como o que ocorreu na operação que resultou em uma chacina que foi realizada no complexo do salgueiro, região metropolitana do Rio de Janeiro, no dia 22 de novembro de 2021. Os moradores do bairro relatam que as vítimas da polícia foram torturadas antes de morrerem, nove corpos foram encontrados mortos (Rede Brasil Atual, 2021). Não importa se você é envolvido com o tráfico local, se é ladrão ou assassino, o que realmente importa é se você é jovem, negro e favelado, para assim você entrar na mira da polícia e virar dado.

O autor Bertolt Brecht afirmou “Há muitas maneiras de matar uma pessoa. Cravando um punhal, tirando o pão, não tratando sua doença, condenando à miséria, fazendo trabalhar até arrebentar, impelindo ao suicídio, enviando para a guerra etc. Só a primeira é proibida por nosso Estado”. Realmente, em plena pandemia a polícia segue fazendo operações nas favelas, como foi o que aconteceu na favela do Jacarezinho em maio de 2021, quando em uma operação da polícia civil houve o maior número de mortes produzidas em uma operação policial na história do Rio de Janeiro, foram 28 mortos (COELHO; BARREIRA – G1 RIO, 2021).

Uma notícia publicada no dia 15 de dezembro de 2021 pelo site “Brasil de Fato” aponta que o Estado do Rio de Janeiro obteve a pior queda de rendimento médio em todo o Brasil, “segundo dados do IBGE analisados pela FGV Social.” Houve três estados que tiveram essa decaída e o Rio de Janeiro apresentou o pior índice, cerca de 11,9%, logo em seguida o Estado do Amazonas com -6,3% e Paraná cerca de -5,1% (MIRANDA, 2021). Tornando o Estado mais desigual do país, em relação à baixos salários, desempregos e informalidade. Péssimos números para o ano de 2022, um grande desafio o Estado terá para que consiga oportunizar instabilidade financeira e igualdade social para as classes mais baixas.

Não podemos analisar apenas os dados da Covid-19 de forma muito superficial, devemos ter uma maior atenção com a economia das classes e a cor de pele de indivíduos do Estado, pois assim enxergaremos o quão isso influencia na propagação do vírus. Algo enraizado pela sociedade desde os tempos de escravidão no Brasil (após a chegada dos portugueses no século 16), (FOLHA DE SÃO PAULO, 1995). Podemos ver assim, então, que quando o assunto é o vírus da Covid-19, esses fatores não mudam.

É de fácil entendimento a compreensão de que grande parte das mortes na pandemia do vírus da COVID-19 acontece além dos leitos de hospitais, pelo fato da grande quantidade de pessoas que são expostas a falta de moradia adequada, que vem por conta do processo sócio-histórico, assim como é dito no final do primeiro capítulo sobre aglomerados subnormais.

Devemos somar o problema de moradia ao lado do trabalho, acesso a saúde, alimentação e saneamento básico, dificultando ainda mais a vida do pobre, negro e favelado. O trecho a seguir nos traz dados especificadamente do assunto tratado.

Em meio à pandemia da Covid-19, alguns atores sociais afirmam que estamos no mesmo barco, uma versão adaptada do mito da democracia racial e sua falaciosa pretensão de que somos um só povo e sofremos dos mesmos males. Porém, como estamos no mesmo barco se o acesso ao atendimento médico e a medicamento da população preta e parda, 69,5% e 67,8% respectivamente, é menor do que a população branca, de 74,8% (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015)? Como estamos no mesmo barco, se 11,9% de pessoas pretas e 11,4% de pardas afirmaram que já se sentiram discriminadas nos serviços de saúde, em contraposição a 9,5% de pessoas brancas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015)? Como estamos no mesmo barco, se a taxa de mortalidade de bebês indígenas cresceu 12% somente em um ano após o desmonte do Programa Mais Médicos³ pelo governo federal em 2019 (Fellet, 2020) Como estamos no mesmo barco, se as pessoas indígenas e negras são as principais vítimas da Covid-19, além de suas vidas tornarem-se ainda mais precárias pela crise econômica decorrente da atual pandemia (GONZAGA; CUNHA, 2020, s.p).

Os argumentos apresentados pelas autoras Gonzaga e Cunha, acrescentam muito sobre o objetivo do presente capítulo, que é mostrar a diferença de tratamento da sociedade (Estado), com a classe trabalhadora em tempos de COVID-19, principalmente porque no Brasil as pessoas que compõem esta classe podem vir a morar nas favelas e são, em sua maioria, negros e pardos. A citação acima, mostra com provas concreta esse fator de diferença mesmo vivendo em uma pandemia que não tem critérios sobre raça ou economia.

Como já foi explicado no começo do segundo capítulo sobre a ADPF, onde aconteceu a imobilização das classes mais baixas contra a grande violência praticada pelo Estado com a ferramenta policial além da sua repressão ao longo dos anos, sabendo que nas favelas vivem majoritariamente pessoas negras (Osmo, Fanti, 2021), e que as pessoas mais vulneráveis a esse vírus estão resididas nas favelas.

Outros dois fatores que também influenciaram para a criação da ADPF 635, foram o Caso Favela Nova Brasília, aonde o Brasil chegou a ser julgado em 2017 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH); e a questão da Ação Civil Pública (ACP) do Complexo da Maré, projetada em 2016 pela Justiça Estadual do Rio de Janeiro (Osmo, Fanti, 2021).

Sobre o Caso Favela Nova Brasília, essa foi a primeira vez em que a Corte Interamericana de Direitos humanos (CorteIDH), realiza práticas de execuções extrajudiciais de agentes que fazem parte da política de segurança pública no Brasil (OSMO e FANTI, 2021). Essa ocorrência veio de uma denúncia evidenciada ao Sistema Interamericano de Direitos

Humanos (SIDH) por ONGs, sendo elas: Direito Internacional (Ceжил), Human Rights Watch Americas (HRW) e Centro pela Justiça. Logo depois a ONG Instituto de Estudos da Religião (ISER), iria se juntar aos mesmos, por motivos de que não havia explicações sobre as práticas de violência sexual contra três mulheres e as mortes de 26 homens, em duas operações policiais na favela de Nova Brasília, no RJ, nos anos de 1994 e 1995 (OSMO e FANTI, 2021).

Já no caso da ACP da Maré que foi aberta em 2016 pela Defensoria Pública do RJ (DPE/RJ), através de seu Núcleo Contra a Desigualdade Racial (NUCORA), por meio de frustrações e evidências feita por associações de moradores que são residentes da Maré, um bairro já citado na introdução contendo cerca de 16 favelas na cidade do Rio de Janeiro, o que deu início à todas essas questões foi um pedido elaborado em um plantão judiciário, requerindo que uma operação policial que estava sendo realizada no momento não seguisse no decorrer da noite, pelo medo de que essa operação poderia acabar em um massacre.

A situação do cotidiano dos residentes de favelas na época é de uma rotina baseada em muita violência local, seja com armamentos ou mecanismos de guerra que conseqüentemente provoca muitas mortes diariamente, e estudantes sem poder frequentar a escola ou até mesmo postos de saúde por conta dos conflitos armados. Na etapa inicial da ADPF no ano de 2019, ocorreram problemas diante o número de recorde de mortes causados pela polícia do estado do Rio de Janeiro. Logo no início do ano de 2019, Jair Bolsonaro e Wilson Witzel haviam dado início na gestão de seus cargos, Jair na Presidência da República e Witzel como governador do estado, ambos eram defensores da violência através da segurança pública cujo intuito seria exterminar a criminalidade. Por tanto, foram tomadas como práticas para a realização desse enfrentamento o uso de helicópteros de forma expansiva e de funcionalidade como plataforma de tiro, com o intuito de diminuir a letalidade policial, antes previsto em decreto estadual. As Secretarias da Polícia Militar e da Polícia Civil abdicaram das competências da Secretaria de Segurança Pública, a propósito de estender suas autonomias. Neste ano ocorreram diversas mortes de crianças pelas mãos de agentes das forças de segurança, em sua maioria baleadas. Percebe-se que, o contexto desse cenário havia agravado de forma intolerável (OSMO e FANTI, 2021).

Apesar dos efeitos finais da ADPF das Favelas, um pequeno número de ganhos são capazes de serem vistos. De acordo com a GENI/UFF a tutela incidental salvou cerca de 300 vidas (OSMO e FANTI, 2021). Com todas essas vidas que foram salvas, já podemos enxergar que valeu toda dedicação para que a ADPF aconteça. Um outro fator que as autoras Osmo e Fanti trazem, é que pesquisadores que fazem parte do campo da segurança pública comprovaram na prática que se houver uma diminuição no número de operações policiais não

resultará no aumento de crimes no Estado (Coelho, 2020). E devemos enaltecer como o trabalho de movimentos coletivos gerais e até mesmo de pessoas que sofrem ou sofrerão com todo descaso do Estado, abriu portas de acesso ao Supremo Tribunal Federal (STF), nos dando esperança para que nossa fala seja ouvida.

CONCLUSÕES

Ao longo do projeto de pesquisa passei por diversas dificuldades, como a falta de internet em certos momentos, sem disponibilidade a um computador 24 horas ao dia, além de todos os

problemas que um favelado passa em seu cotidiano, com operações policiais, sande pública escassa, saneamento básico inadequado etc. A pandemia também impossibilitando o contato físico com professores e orientadores, conseqüentemente prejudicando o acesso ao conhecimento e ao debate. Todas essas dificuldades fizeram com que o processo desse trabalho ficasse mais desgastante, mas não ruim. Historicamente o favelado passou por diversas privações que resultou em suas dificuldades, mas não somente em derrotas.

Ao escrever o primeiro capítulo aprendi diversas coisas, pois sempre a grande mídia e tenta camuflar o verdadeiro conteúdo do Estado, que é de classe, mostrando sempre a favela como palco de tragédia, caos e violência, enquanto a zona sul do Rio de Janeiro é demonstrada com muito samba e felicidade, criando assim um pensamento discriminado com a favela e com quem habita nela. Para quem nasce na favela acaba vivendo com saneamento básico inadequado, aglomerados subnormais, trabalhos informais, falta de alimento etc. Mesmo lidando com todos esses problemas constantemente em seu dia a dia a classe trabalhadora continua sofrendo nas mãos dos superiores da sociedade, a burguesia. E como é dito por Marx, o capitalismo é uma forma de organização das relações sociais, ele não apenas determina a área econômica e sim, também, a política e ideologia, portanto o Estado contribui para a manutenção dos interesses das classes dominantes e para a aceleração o aumento da produção capitalista e do lucro (FARAGE,2014). A classe burguesa da época tem o papel de alterar os pensamentos e as práticas de toda a sociedade, deixando o privilegiado com mais privilégios e o necessitado sendo deixado na rua ou cada vez mais explorado.

Compreendendo essa questão do capitalismo na formação da cidade carioca, iremos entender o porquê de tanto descaso com os territórios de favelas, que vem de anos, o passado altera o futuro, quando pessoas pobres que moravam em cortiços do Rio de Janeiro são obrigadas a se retirarem e morarem nas ruas, conseqüentemente tiveram que criar casas nas encostas do morro. Essas atitudes cruéis do Estado mostram que cada vez mais, a classe dominante quer acabar com a história da favela, tentaram acabar com o favelado deixando os em situações de morador de rua e atualmente apoiam e financiam operações militares, cada vez mais morrem inocentes nesses territórios. A história da favela é fruto de muita desigualdade social e de lutas, não devemos esquecer do nosso passado, para que nosso futuro não seja alienado pelos que estão acima, representados no poder público.

O primeiro capítulo e o segundo estão muito conectados, por conta da relação entre favelas e o Estado historicamente, os impactos da pandemia de COVID-19 para os residentes de favelas, são muito maiores, mesmo se tratando de um vírus onde os primeiros infectados foram de outro país. No segundo capítulo, apresentamos o estudo realizado pela NOIS, que negros e

pardos tem números maiores de mortes POR COVID-19, se fomos comparar com pessoas branca (NOIS apud BATISTA. 2020). Outra pesquisa feita pelo Data favela diz que em maio de 2020 cerca de 60% das pessoas que moram em favelas do Rio de Janeiro não tinham recursos financeiro por mais de uma semana no período pandêmico (IBGE apud BATISTA, 2020), observando esses pequenos dados, já podemos indicar que o grande impacto da pandemia para os trabalhadores moradores de favelas do Rio de Janeiro, vem da histórica desigualdade da sociedade de classes no capitalismo.

Com a chegada da pandemia no Brasil os fatores citados pioram drasticamente, crianças e adolescentes de favelas tiveram que ficar dentro de suas casas, sem frequentar as escolas por conta da pandemia, porém nas residências desses jovens frequentemente não há celular, tablet, computador e até mesmo Wi-Fi, dificultando o acesso às aulas remotas. Outra questão que também dificultou a vida da juventude trabalhadora foi que cerca de 13% das famílias, onde vive adolescentes e crianças menores de 18 anos, tem problemas de adquirir algum alimento por falta de renda (AGENCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2021). Nas favelas há diversos jovens que encontram-se morando com os pais ou até mesmo outros parentes, por conta do grande número do desemprego no país inteiro. Os jovens são obrigados a enfrentar aglomerações na sua moradia e no transporte público, para tentar trabalhar e, assim, conseguir arrecadar alguma quantia de dinheiro para alimentar sua família.

Ler o parágrafo acima e perceber que com todos os impactos que o Estado capitalista e o coronavírus trouxeram para o favelado de todas idades, de diferentes gêneros e principalmente para o negro, nada vai mudar para quem está embaixo nessa sociedade, pois isso é historicamente estrutural, pois mesmo com a criação da lei ADPF, em pró de acabar com operações policiais nas favelas no período pandêmico, ainda sim tivemos diversas operações nesse período, sendo uma delas o maior massacre que já teve no Rio de Janeiro, na favela do Jacarezinho que ocorreu no dia 6 de maio de 2021 (período em que o vírus se mantinha no Brasil), (COELHO; BARREIRA, G1 RIO, 2021). Podemos ver que nem quando exigimos uma lei, que raramente é decretada, ela é cumprida pela classe dominante que opera o Estado, pelo contrário, somos expostos a um massacre em nossas portas pela mão da polícia, num período em que todos deveriam usar máscaras e não fardas.

REFERENCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. **Pandemia piorou alimentação de crianças e**

adolescentes, alertam debatedores. Brasília, 05 jul. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/781669-pandemia-piorou-alimentacao-de-criancas-e-adolescentes-alertam-debatedores/> Acesso em: 17 out. 2021

BARREIRA, Gabriel; CARVALHO, Bárbara. RJ teve ao menos 944 mortos em ações policiais desde que STF restringiu operações em favelas. **G1 Rio e Globonews**, Rio de Janeiro, 07 mai. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/07/rj-teve-ao-menos-944-mortos-em-acao-policial-desde-que-stf-restringiu-operacoes-em-favelas.ghtml> Acesso em: 21 mai. 2021

BETIM, Felipe. Mãe de jovem morto no Rio: “É um Estado doente que mata criança com roupa de escola.” **ELPAIS**. Rio de Janeiro, 25 Jun. 2018. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/22/politica/1529618951_552574.html Acesso em: 21 dez. 2021.

BOND, Letycia. Ipea: trabalho doméstico é exercido por mulheres mais velhas. **Agência Brasil**. São Paulo, 26 Dez. 2019. <HTTPS://AGENCIABRASIL.EBC.COM.BR/ECONOMIA/NOTICIA/2019-12/IPEA-TRABALHO-DOMESTICO-E-EXERCIDO-POR-MULHERES-MAIS-VELHAS> ACESSO EM: 02 DEZ 2021.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela: a produção do espaço “criminalizado” no Rio de Janeiro**. 2ª ed, Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2007.

CARVALHO, Janaína. **Conheça a história da 1ª favela do rio, criada há quase 120 anos**. G1 RIO, Rio de Janeiro, 12 jan. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/rio-450-anos/noticia/2015/01/conheca-historia-da-1-favela-do-rio-criada-ha-quase-120-anos.html> acesso em: 19 out. 2021.

COELHO, Henrique; BARREIRA, Gabriel. Jacarezinho: saiba quem são, onde morreram e o que dizem famílias e polícia sobre os 27 mortos. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, 14 mai. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/05/14/jacarezinho-saiba-quem-sao-onde-morreram-e-o-que-dizem-familias-e-policia-sobre-os-27-mortos.ghtml> Acesso em: 28 mai. 2021.

COELHO, Henrique. Mais operações policiais não significam redução da criminalidade, diz UFF. **G1 Rio**. Rio de Janeiro, 03 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/03/mais-operacoes-policiais-nao-significam-reducao-da-criminalidade-diz-uff.ghtml> Acesso em: 21 mar. 2022.

COMUNIDADES CATALISADORAS. **Painel Unificador Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 09 jul 2020. Disponível em: <https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7/> Acesso em: 11 dez. 2021.

CONNECTAS. Entenda ação que levou STF a suspender operações policiais em favelas do RJ. **Conectas direitos humanos**. Brasil, 29 Jun. 2020. https://www.conectas.org/noticias/entenda-as-razoes-que-levaram-o-stf-a-regular-operacoes-policiais-em-favelas-do-rio/?gelid=Cj0KCQIAqvaNBhDLARIsAH1Pq52TS-24q_Hcs-bB9CZpPvOABYhv9fIKg5r9F1i1MID2QabftTs61i8aAifREALw_wcB Acesso

em: 19 dez. 2021.

CRÔNICOS DO DIA A DIA. QUASE 80% DA POPULAÇÃO BRASILEIRA QUE DEPENDE DO SUS SE AUTODECLARA NEGRA. **CDD**. Brasil, 20 Nov. 2019. <https://cdd.org.br/noticia/saude-publica/quase-80-da-populacao-brasileira-que-depender-do-sus-se-autodeclara-negra/> Acesso: 17 dez. 2021

CRUZ, Caroline. Brancos recebem salários 61% maiores do que pretos ou pardos no DF, aponta IBGE. **G1 DF**. Brasil, 16 Nov. 2020. <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/11/16/brancos-recebem-salarios-61percent-maiores-do-que-negros-ou-pardos-no-df-aponta-ibge.ghtml> Acesso em: 01 dez 2021.

FARAGE, Eblin. A constituição dos distintos territórios da cidade: o estado na conformação das favelas cariocas. In: **Libertas**. R. Fac. Serv. Soc., Juiz de Fora, v.14, n.1, p. 83-103, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/download/18279/9517/76461> Acesso em: 19 out. 2021.

FELINTO, Marilene. A Escravidão no Brasil durou 300 anos. **Folha de S.Paulo**. São Paulo, 12 de mai. 1995. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/12/folhinha/4.html#:~:text=A%20escravid%C3%A3o%20durou%20tr%C3%AAs%20s%C3%A9culos,do%20mato%2C%20chamados%20de%20quilombos>. Acesso em: 25 fev 2022.

FERREIRA, Alvaro. **Favelas no Rio de Janeiro: nascimento, expansão, remoção e, agora, exclusão através de muros**. *Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, Vol. XIV, nº 828, 25 de junho de 2009. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-828.htm>>. Aceso em: 22 set. 2021.

GONZAGA, Paula; CUNHA, Vivane. Uma Pandemia Viral em Contexto de Racismo Estrutural: Desvelando a Generificação do Genocídio Negro. **SciELO Brasil**. 11 Dez. 2020. Disponível: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/bgPCS9rTtKx4yTPZmnLsvtp/?lang=pt> Acesso em: 22 fev 2022.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. Volume 3. Maquiavel, notas sobre o Estado e a Política**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desemprego**. Rio de Janeiro, 1º trimestre 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> Acesso em: 11 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Quase dois terços das favelas estão a menos de dois quilômetros de hospitais**. Rio de Janeiro, 19 mai. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27728-quase-dois-tercos-das-favelas-estao-a-menos-de-dois-quilometros-de-hospitais> Acesso em: 10 out. 2021

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Renda do trabalho do 1% mais rico é 34 vezes maior que da metade mais pobre**. Rio de Janeiro, 16 out. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25702-renda-do-trabalho-do-1-mais-rico-e-34-vezes-maior-que-da-metade>

[mais-pobre](#) Acesso em: 16 out. 2021

IASI, Mauro. **Política, Estado, Poder e Ideologia**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr. 2017.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008. Disponível em: <https://lelivros.love/book/baixar-livro-o-que-e-dialetica-leandro-konder-em-pdf-epub-mobi-ou-ler-online/> acesso em: 24 jun. 2021.

MATIAS, Vandeir. **exclusão social e pobreza no espaço urbano - o papel do estado na sociedade capitalista brasileira: contribuições para um debate**. Ubêrlândia, Minas Gerais: Caminhos de Geografia, 2004.

MARX, K. Elementos fundantes de uma concepção materialista histórica. In: NETTO, J.P. **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p.133-160.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa Social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; et. al (orgs.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21a. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p.9-27. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf> Acesso em: 28 mai. 2021

MIRANDA, Eduardo. RJ é o estado mais desigual do país, puxado por desemprego, baixos salários e informalidade. **Brasil de Fato**. Rio de Janeiro, 15 Dez. 2021. <https://www.brasilefatorj.com.br/2021/12/15/rj-e-o-estado-mais-desigual-do-pais-puxado-por-desemprego-baixos-salarios-e-informalidade> Acesso em: 18 jan 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ª.ed, São Paulo: Expressão Popular, 2011. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/introducao-aos-estudos-do-metodo-de-marx-j-p-netto.pdf> Acesso em: 27 mai. 2021.

OSMO, Carla; FANTI, Fabiola. **ADPF das Favelas: mobilização do direito no encontro da pandemia com a violência policial e o racismo**. Scielo Brasil. Jul.-Sep. 2021. <https://www.scielo.br/j/rdp/a/WFgSmg3KTRhYcWK93cg6wkH/?lang=pt> Acesso em: 14 Mar. 2022.

OXFAM. **Crise para quem? Grandes corporações lucraram bilhões durante a pandemia.** Brasil, 21 set. 2020. Disponível em:

https://www.oxfam.org.br/blog/crise-para-quem-grandes-corporacoes-lucraram-bilhoes-durante-a-pandemia/?gclid=Cj0KCCQiAyJOBbhDCARIsAJG2h5dCiX-MDKtv8RUPSFxc1a6StR8nytMDYpHAi7b8EjDG2rTDjSTgPIEaAlwTEALw_weB Acesso em: 11 fev. 2021.

PEDUZZI, Pedro. **Mapa do Ensino Superior aponta maioria feminina e branca.** Agencia Brasil, Brasília, 21 mai. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca> Acesso em: 11 fev. 2021.

RBA, Redação. **Chacina no Complexo do Salgueiro: nove corpos são encontrados após operação da PM.** **Rede Brasil Atual.** Rio de Janeiro, 22 Nov. 2021. <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/11/chacina-complexo-salgueiro-operacao-pm/> Acesso em: 21 dez. 2021.

REDES DA MARÉ. **Censo Populacional da Maré, 2018.** Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/publicacoes> Acesso em: 06 out. 2020.

SILVA, Daniel Neves. **Abolição da escravatura; *Brasil Escola*.** Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-abolicao-escravatura.htm>. Acesso em 20 de setembro de 2021.

SILVA, Leticia Batista. **Favela e Covid-19: registros de continuidade.** In: SILVA, Leticia Batista; DANTAS, André (Orgs). **Crise e Pandemia: quando a exceção é regra geral.** Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz. 2020, p.57-74

SILVA, Marta do Nascimento. **A Favela como expressão de conflitos no espaço urbano do Rio de Janeiro: o exemplo da Zona Sul carioca.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Rio de Janeiro, Maio, 2010. 157 fls.

VOZ DAS COMUNIDADES. **Covid-19 nas favelas,** Rio de Janeiro, 10 abr 2020. Disponível em: <https://painel.vozdascomunidades.com.br/> Acesso em: 20 mai. 2021.